CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1442/78

INTERESSADO: UBIRAJARA DE OLIVEIRA PINTO

ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados em Escola SENAI

RELATOR : Cons. João Baptista Salles da Silva

PARECER CEE Nº 1200 /78 - CPG - Aprov. em 04 / 10 /78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - Ubirajara de Oliveira Pinto, em requerimento encaminhado ao Sr. Diretor Regional da DRECAP-1, solicita a manifestação da mencionada Divisão a respeito dos estudos que realizou em curso de aprendizagem industrial visando a prosseguir-los em nível do ensino de 2º grau.

1.2 - O histórico escolar do interessado é o seguinte:

1.2.1 - fez de 1a. à 5a. série no Colégio dos "Órfãos de São Joaquim", em Salvador, Bahia;

1.2.2 - realizou, no período de 1964 a 1966, o curso de aprendizagem industrial ministrado pela Escola de Aprendizagem "Luiz Tarquínio", mantido pelo SENAI, em Salvador;

1.2.3 - no curso em apreço, com a duração de 4 (quatro) semestres ou 20 (vinte) meses, estudou: Português, Matemática, Desenho, Cálculo Técnico, Prática Profissional (oficina).

1.3 - A DRECAP-1, alegando não ter encontrado elementos para uma decisão sobre equivalência, submete o assunto em tela à apreciação deste Conselho.

2. APRECIÇÃO

2.1 - Consultamos a Diretoria Regional do SENAI da Bahia sobre o reconhecimento de equivalência dos estudos realizados em curso de aprendizagem com os do ensino

regular, consoante prevê o artigo 27 da Lei Federal nº 5692/71 e tivemos a informação de que o Egrégio Conselho de Educação daquele Estado não baixou normas sobre a matéria.

- 2.2 - Prevalece, para o caso em apreço, o disposto no Decreto-Lei nº 937, de 13/10/1969, que alterou a redação do artigo 51 da Lei federal 4.024/61 e que passou a ser a seguinte:

"Art. 51 - As empresas públicas e privadas são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino".

"Parágrafo único - Os portadores de carta-de-ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido".

- 2.3 - Ubirajara de Oliveira Pinto, no curso de aprendizagem que realizou, não estudou Educação Moral e Cívica, Organização social e Política do Brasil, Ciências Físicas e Biológicas, Geografia, História. Em qualquer das séries em que ingressasse nos termos do que dispõe o parágrafo único, artigo 51, Decreto nº 937/69, teria que ser submetido a processo de adaptação nas citadas áreas de estudos e disciplinas além de outros componentes curriculares da escola em que se acolhesse sua matrícula.

- 2.4 - O Artigo 87, da Lei Federal nº 5.692/71, revogou expressamente os artigos de ... 31 a 65... da Lei nº 4.024/61 mas o certificado de aprendizagem foi expedido ao interessado em 15/12/66, ainda na vigência do mencionado artigo 51.

2.5 - Nessas condições, parece-me que prevalece para o interessado, como direito adquirido, o disposto no parágrafo único do artigo 51, com a redação alterada pelo Decreto-Lei nº 937/69. Os órgãos competentes - da Secretaria da Educação devem verificar em que série do ensino de 1º grau Ubirajara de Oliveira Pinto poderá ingressar, determinando ao estabelecimento de ensino que o submeta a processo de adaptação nas áreas de estudos, disciplinas e atividades integrantes de sua grade curricular.

2.6 - Melhor seria para o interessado - hoje com 29 anos de idade - buscar na via supletiva - exame ou curso de suplência - a realização do que pretende: prosseguimento de estudos.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, voto no sentido de que Ubirajara de Oliveira Pinto, nos termos do que dispunha o parágrafo único, artigo 51, do Decreto-Lei nº 937/69, prossiga estudos na série do ensino de 1º grau adequada ao grau de estudos que atingiu no curso de aprendizagem que realizou na Escola de Aprendizagem "Luiz Tarquínio", mantida pelo SENAI, na Bahia. A verificação dos estudos em apreço deverá ser procedida pelos órgãos competentes da Secretaria de Educação, devendo a Escola que acolher a matrícula do interessado submetê-lo a processo de adaptação nas áreas de estudos, disciplinas e atividades que integrem a grade curricular do estabelecimento. Melhor seria, para o interessado, completar o ensino de 1º grau pela via supletiva (curso de suplência ou exame supletivo).

São Paulo, 6 de setembro de 1978

Cons. João Baptista Salles da Silva

RELATOR

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Constâncio Noga-
ra, Geraldo Rapacci Scabello, Gilberto Waack Bueno, João Baptis-
ta Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria de Lourdes Ma-
riotto Haidar e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 06
de setembro de 1978.

Cons. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimi-
dade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos
do Voto do Relator.

AGL/dat. Sala "Carlos Pasquale", em 04 de outubro de 1.978

a) Cons. RENATO ALBERTO T. DI DIO - Vice-Presidente,
no exercício da Presidência.